

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.385.343 - SC (2013/0151210-8)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
EMBARGANTE : **CRISTIANE BONATTI KLEINHEMPEL**
ADVOGADOS : **NICÁCIO GONÇALVES FILHO - SC011095**
 : **RIAN DA SILVA FEIJÓ - SC019170**
EMBARGADO : **HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MÚLTIPLO**
ADVOGADO : **GISALDO DO NASCIMENTO PEREIRA - DF008971**
ADVOGADOS : **PAULA DE PAIVA SANTOS - DF027275**
 : **MAURO SOLANO DO AMARANTE E OUTRO(S) - SC021178**
 : **IAN DOS SANTOS OLIVEIRA MILHOMEM - DF045993**
 : **ALINE ELIAS LASNEAUX DINIZ REIS - DF041568**
 : **PEDRO HENRIQUE BARROS ARAUJO - DF060517**

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por CRISTIANE BONATTI KLEINHEMPEL em face de decisão proferida por esta relatoria (fls. 817/818), que não conheceu do agravo em recurso especial.

Sustenta a parte embargante que a decisão de inadmissibilidade do apelo excepcional é sim recorrível por embargos de declaração, os quais, quando opostos, interrompem o prazo para a interposição do agravo.

Impugnação às fls. 829/835.

É o relatório.

Cabem embargos de declaração em face do julgado que contém omissão, contradição, obscuridade ou que incorre em erro material.

Nesse sentido:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - ACÓRDÃO DESTE ÓRGÃO FRACIONÁRIO QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. IRRESIGNAÇÃO DA PARTE AGRAVANTE.

1. Os embargos de declaração são cabíveis quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição, omissão ou erro material, consoante dispõe o artigo art. 1.022 do NCPC.

(...)

3. Embargos de declaração acolhidos para anular o acórdão de fls. 447/458, e-STJ, e a decisão monocrática de fls. 399/404, e-STJ, e, de plano, dar provimento ao recurso especial, para cassar o aresto

Superior Tribunal de Justiça

recorrido e, por conseguinte, determinar o retorno do autos ao Tribunal de origem, a fim de prosseguir no julgamento do agravo de instrumento.

(EDcl no AgInt no REsp 1766047/AL, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 19/11/2019, DJe 22/11/2019)"

Na hipótese, o recurso interposto não aponta nenhum vício de fundamentação da decisão singular, insurgindo-se, tão somente, contra o resultado da controvérsia - finalidade incompatível com os embargos.

De todo modo, cabe reiterar que, segundo posição pacífica do STJ, a decisão de inadmissibilidade do recurso especial é impugnável exclusivamente pelo agravo, não desafiando a oposição de embargos declaratórios. Nesse sentido:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO DE INADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OPOSIÇÃO DESNECESSÁRIA, DA QUAL NÃO DECORRE AUTOMÁTICA INTERRUPÇÃO DO PRAZO RECURSAL DO AGRAVO. CONSEQUENTE INTEMPESTIVIDADE. MAJORAÇÃO DE HONORÁRIOS RECURSAIS. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

1. Nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, reafirmada à luz do CPC/2015, "a interposição de recurso manifestamente incabível contra decisão de inadmissibilidade do recurso especial, como os embargos de declaração, não interrompe o prazo para interposição do agravo nos próprios autos" (AgInt no AREsp n. 1.481.581/MG, Relatora a Ministra Nancy Andrighi, DJe 4/9/2019).

2. Interposto o agravo em recurso especial fora do prazo legal, impositivo o reconhecimento de sua intempestividade.

3. Nos termos da jurisprudência consolidada no Superior Tribunal de Justiça, não é cabível a fixação de honorários recursais no julgamento do agravo interno.

4. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1525242/MG, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/11/2019, DJe 21/11/2019)"

A decisão atacada, portanto, não possui nenhum vício de fundamentação e, ademais, aplicou corretamente o direito à espécie.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator